



**LIVRE**

Liberdade - Esquerda - Europa - Ecologia

---

## Desafio à Diáspora

— um manifesto dos membros e apoiantes fora do país —

*Não basta derrubar uma tirania ou regime, para resolver os problemas de um país: é preciso erradicar as estruturas que possibilitaram essa tirania e esse regime, e poderão possibilitar a sua ressurreição.*

(Jorge de Sena, 1963)

Em cada um dos últimos meses saíram de Portugal perto de 10 mil portugueses. Este êxodo não é sustentável e só tem paralelo nos anos 60 e 70 do século XX, quando o salazarismo e a guerra colonial pairavam sobre Portugal. Na verdade, o ritmo de saída é agora superior – 120 mil novos emigrantes em 2013, contra uma média anual de 100 mil entre 1960 e 1974. Isto ilustra a gravidade da situação; a saída do país continua a ser uma solução imediata aos problemas face aos tempos difíceis que o país atravessa.

Somos portugueses que, residindo fora de Portugal, estão preocupados com o presente e o futuro do país. Somos migrantes, muitos recentes, mas também aqueles que chegaram há muito, os que foram forçados a emigrar de novo ou os que migraram por opção, as várias profissões, as várias idades, as várias histórias de vida. Nestes tempos de crise sentimos o mesmo e partilhamos muitas destas histórias: as dificuldades da família em Portugal, os pedidos dos amigos que querem emigrar, as conversas com gente dos outros países da crise, a angústia de saber notícias do país à distância, o sufoco de achar que nada nele muda, a não ser para pior. Não é fácil estar em Portugal nestes tempos. Não é fácil estar fora.

Sentimos limitada a nossa participação no debate público e no exercício de direitos em momentos-chave, como em eleições ou referendos. Pretendemos fazer uso do que aprendemos fora do país na reflexão sobre o que se passa dentro do país. Defendemos que Portugal precisa de repensar a sua governação e tornar a participação política mais aberta aos portugueses, residentes e não-residentes no território nacional. Este é também um desafio para nós mesmos enquanto portugueses e progressistas: o empenho no reforço da democracia portuguesa, na criação de uma democracia europeia, no estabelecimento de uma cidadania

lusófona, e no desenvolvimento de um direito internacional justo, solidário e ecologicamente responsável.

O nosso ponto de partida é o de recusar o papel de espectadores e, com os nossos concidadãos na diáspora portuguesa, sermos agentes de participação e de mudança. Recusamos que a crise e a austeridade sejam a nova normalidade para Portugal ou para a Europa. É preciso voltar a ter um horizonte de progresso — e para ele queremos dar o nosso contributo.

## **1. Vencer a Crise Europeia**

A crise que Portugal hoje atravessa tem sido agravada por um sistema político europeu disfuncional, de onde resultaram políticas económicas equivocadas e desastrosas, especialmente para os países da periferia. Precisamos de uma Europa coesa e integrada, em que os Estados-Membros periféricos não sejam sacrificados em benefício dos países mais fortes. Mas esses objetivos não passarão do plano dos desejos sem os mecanismos que possibilitem a sua conquista. Não haverá coesão sem a criação de uma democracia europeia e a construção de um movimento progressista à escala continental capaz de articular objetivos, marcar a agenda e ganhar o debate. Quanto mais tarde nos lançarmos na construção dessa democracia e desse movimento, tanto mais tempo teremos de ver o vácuo de legitimidade ocupado pelos grandes países, os grandes poderes e as rotinas sem rosto dos *lobbies*, da burocracia e da tecnocracia.

### **Propomos:**

- A eleição da Comissão Europeia, para que se constitua num executivo da União e seja obrigada a prestar contas aos cidadãos europeus;
- Um Parlamento Europeu que cumpra finalmente a sua função de legislador, ganhando a iniciativa de propor leis, mais poderes para fiscalizar a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, e para poder decidir sobre a sua sede;
- Um Conselho da União Europeia, instituição legislativa da União, mais aberto e transparente, com possibilidade de eleição nacional dos representantes permanentes de cada país;
- Uma cidadania europeia reforçada, com possibilidade de apresentação de projetos-piloto ao orçamento da União através do comité de petições do Parlamento, e possibilidade de ação coletiva junto do Tribunal de Justiça da União;
- Uma presença mais interventiva de Portugal junto da União Europeia, guiada por uma visão estratégica clara e por uma defesa consistente dos interesses de Portugal e dos países periféricos, entendidos como parte dos interesses da União Europeia. Isto passa, nomeadamente, pela eleição dos nossos representantes permanentes no Conselho da UE;
- A união a outros movimentos, associações e partidos europeus que partilhem a sua visão para a Europa, criando um forte movimento europeu de esquerda que lute em conjunto por uma Europa social, justa e anti-austeridade. Por estarmos imersos noutras culturas e sociedades, e em contacto privilegiado com outros cidadãos europeus em situações idênticas à nossa, sentimo-nos particularmente implicados na criação destes movimentos;

– A construção de um quadro legislativo para domesticar o poder do setor financeiro e dominar os riscos da exposição dos Estados à banca, incluindo não só o rápido estabelecimento de uma união bancária, mas também a diminuição do tamanho das instituições financeiras, a simplificação dos seus produtos, e a proibição dos produtos financeiros excessivamente complexos.

## **2. Incentivar a Participação Cívica**

A participação cívica e política por parte dos portugueses na diáspora é dificultada pela obrigação de, em algumas eleições, votar presencialmente. Além disso, o contacto com os partidos, movimentos cívicos e sindicatos é também extremamente reduzido, o que aumenta o sentimento de frustração e afasta ainda mais os portugueses emigrados daquilo que se vai passando em Portugal. É necessário tirar partido das tecnologias, para que os portugueses residentes no estrangeiro possam participar na vida política do país.

### **Propomos:**

- Criar uma plataforma na rede onde os membros da diáspora possam participar nos processos deliberativos e dialogar, indicando os problemas que os afetam. Esta plataforma deve também ser usada para indicar as boas práticas nos seus países de acolhimento, estudando a possibilidade de as aplicar em Portugal. Os portugueses sem acesso a meios eletrónicos não podem, de modo algum, ser afastados deste processo, devendo por isso promover-se encontros com as associações de portugueses e cidadãos interessados;
- Facilitar, através das tecnologias, o acesso à informação pública e o aumento da transparência do Estado, uma vez que a informação clara e livremente acessível é indispensável à participação cívica dos cidadãos residentes no estrangeiro;
- Possibilitar que todos aqueles que não se possam deslocar ao seu local de voto, votem à distância em todas as eleições, assim como em referendos realizados em Portugal e a nível europeu;
- Libertar o 10 de junho da sua ambiguidade institucional e fazer da sua celebração uma oportunidade para se discutirem os problemas que afetam os portugueses na diáspora. Esta discussão pode ser feita com a informação que é recolhida na plataforma da diáspora ao longo do ano.

## **3. Começar uma Revolução Verde**

O ambiente é um dos setores que mais impacto tem em todos os domínios da vida pública. Deve, por isso, ser encarado como um dos eixos fundamentais de desenvolvimento e um direito fundamental dos cidadãos. Assim, acreditamos que o investimento em políticas e práticas ambientais não pode ser descurado. Acima de tudo, é importante que Portugal assuma uma política ambiental evolutiva e não descontinuada, como até agora. O respeito pela terra, pela paisagem (natural e construída) e pela biodiversidade do território é a base de uma cultura de sustentabilidade essencial com implicações económicas, políticas, sociais, culturais, éticas e até biológicas, que não pode ser ignorada por mais tempo, sob pena de liquidação, a muito curto prazo, das nossas mais elementares condições de existência.

**Propomos:**

- Uma revolução verde, que tire partido dos diversos mecanismos europeus de apoio, nomeadamente através do investimento em energias renováveis, aumento da eficiência energética e de consumo de materiais, promoção da agricultura sustentável e sempre que possível biológica, alargamento e promoção das áreas livres de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), I&D de novas tecnologias ambientais e educação e formação. Estes investimentos, para além dos benefícios a médio e longo prazo, teriam a vantagem imediata da criação de empregos;
- A promoção ativa de novas formas de consumo e de padrões de mobilidade mais responsáveis, procurando modular a liberdade de escolha subjacente aos estilos de vida atuais em função dos imperativos de um desenvolvimento sustentável. O ordenamento e a gestão do território são fundamentais nesta procura de equilíbrios entre ambiente, sociedade e economia;
- A articulação da revolução verde em Portugal com outras revoluções verdes na Europa e no mundo, de modo a partilhar custos, benefícios e boas práticas.

**4. Cultura, Pilar do Desenvolvimento**

Apesar dos vários programas europeus de forte incentivo à cultura como motor de desenvolvimento e coesão europeia, Portugal, contrariamente às práticas europeias, tem uma longa tradição de reduzido investimento na área, cuja metáfora mais pungente é a recente despromoção do Ministério da Cultura a Secretaria de Estado. Defendemos uma economia que integre a cultura como atividade produtiva e necessária ao desenvolvimento do país, ao invés de a considerar um exercício descartável, sujeito a lógicas unicamente mercantilistas. Iguamente, defendemos o valor e a dignidade do sujeito cultural: tanto dos produtores e fruidores de cultura como do objeto cultural propriamente dito, em todas as suas vertentes – popular ou patrimonial, arcaica ou contemporânea.

**Propomos:**

- Que se tire partido dos programas e mecanismos europeus existentes. O aproveitamento e a canalização institucionais destes recursos são fundamentais para o reequilíbrio de uma produção cultural debilitada por um crónico subfinanciamento;
- Um Instituto Camões forte que invista e promova não só a língua, mas a cultura portuguesa no seu todo, nomeadamente a contemporânea, bem como os seus agentes, à semelhança de outros países europeus e até em colaboração com os mesmos;
- Uma política de internacionalização da cultura portuguesa e dos seus agentes a longo prazo e em articulação com outros organismos europeus, dos países da CPLP e do Mediterrâneo, através da criação de parcerias, protocolos e plataformas interativas;
- Levantamento de produções culturais independentes – ancestrais, tradicionais ou contemporâneas – pouco divulgadas ou em risco de extinção, a fim de as preservar, divulgar e valorizar, como parte integrante do património intelectual português, articulando-as com outras práticas ou expressões semelhantes na Europa e no Mundo;
- Mapeamento do património, material e imaterial, de origem portuguesa no mundo, com o objectivo de assistir à sua preservação e promoção. Este património pode ancorar a expressão

cultural dos portugueses na diáspora e ajudar à promoção de contactos com comunidades com afinidades históricas a Portugal em todo o mundo.

## **5. Educação para o Futuro**

Consideramos a educação fundamental para o desenvolvimento do país e defendemos a escola pública e o investimento na qualidade do ensino público. Exigimos uma política de educação séria, estruturada, sem reformas sucessivas e construída na base do diálogo entre professores, alunos, sindicatos, legisladores, governantes e cidadãos. Defendemos um investimento continuado na formação avançada. Para além disso, a crise que o país atravessa não pode, de modo algum, comprometer o ensino de português no estrangeiro.

### **Propomos:**

- Continuar a promover a harmonização do reconhecimento académico e profissional no espaço europeu e no espaço da CPLP;
- Promover o ensino de português no estrangeiro, permitindo à diáspora um contacto permanente e oficial com a língua;
- Investir no ensino profissional e em programas de aprendizagem ao longo da vida, permitindo elevar o nível de escolaridade dos cidadãos com menores qualificações e ajudando todos os trabalhadores a renovarem as suas competências;
- Criar um fórum reunindo bolseiros e investigadores na diáspora, promovendo a troca de informação, redes de solidariedade e a procura de contributos para a salvaguarda do sistema científico e tecnológico nacional, sabendo que a investigação académica e científica é essencial para promover a inovação, de que tanto se fala como solução para a crise económica.

## **6. Por um robusto Estado Social de Direito**

A crise económica, financeira e demográfica tem servido de pretexto para o efetivo desmantelamento do Estado Social. Ao mesmo tempo, a eleição do equilíbrio das contas públicas como objetivo primeiro da política económico-financeira nacional faz com que toda e qualquer possibilidade de investimento público e/ou alargamento da proteção social do Estado esbarre nos adjetivos “despesista” ou “radical”.

Para nós, a solidariedade e a justiça social são pilares fundamentais da sociedade e não são negociáveis. Por isso, defendemos inabalavelmente os princípios da Escola Pública, do Sistema Nacional de Saúde e da Segurança Social, para todos.

Ao mesmo tempo que devemos defender e reforçar o Estado social de direito ao nível nacional, é necessário apresentar uma visão de União Europeia social, e articular esforços para a atingir. É inaceitável que no século XXI a Europa tenha sido o único continente onde a pobreza aumentou — mas a esse aumento não é certamente estranha uma ideologia de desinvestimento nos domínios sociais da ação política e institucional. Como portugueses, europeus e cidadãos do mundo, sentimos a responsabilidade de inverter essa tendência ideológica e voltar a defender um modelo social para os Estados e para a União.

## **Propomos:**

- Uma cultura de investimento público rigoroso e refletido, transparente, decidido com base em estratégias públicas democraticamente legitimadas pelos cidadãos;
- Uma distribuição mais justa da riqueza, combatendo situações em que os indivíduos mais ricos tenham rendimentos efetivos milhares ou dezenas de milhares de vezes superiores aos mais pobres;
- Tornar efetivos e universais os direitos constitucionais a serviços e bens essenciais, como a habitação, a saúde e a educação, e ampliar e garantir por via legislativa outras provisões, como as do acesso à água e alimentação a preços acessíveis e a um rendimento mínimo capaz de assegurar um nível de vida digno;
- Um sistema de segurança social robusto e universal, que garanta um nível adequado de proteção social;
- Um regime de proteção reforçado das populações mais desfavorecidas, incluindo uma aplicação do Rendimento Social de Inserção que não acrescente estigmatização à miséria.
- A criação de uma “carta de direitos do cidadão sénior” como marco legislativo que aumente a proteção de garantias no acesso à saúde, à justiça e ao bem-estar de uma parte cada vez maior e mais vulnerável da sociedade, e que crie condições facilitadoras para a sua participação cívica e cultural, além de reforçar a proteção destes cidadãos contra a violência doméstica e os maus-tratos em instituições;
- O estabelecimento de uma União Social de Direito também ao nível europeu, com a criação dos primeiros estabilizadores automáticos da UE, como um subsídio de desemprego supletivo, uma verdadeira garantia de emprego jovem, ou uma segurança social europeia, também ela supletiva, e financiada pela taxação de setores da economia que são altamente lucrativos mas pouco intensivos em trabalho humano;
- A obrigatoriedade de criação de planos nacionais de combate à fome e à pobreza infantil, e sua articulação num plano europeu de combate à pobreza infantil;
- O desenvolvimento do direito internacional ligado às questões da proteção social, com a vinculação de todos os acordos comerciais globais ao cumprimento das recomendações da Organização Internacional do Trabalho;
- No quadro da revisão dos objetivos do Milénio, estabelecer como objetivo a criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos que tenha por mandato a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com todo o seu acervo de direitos económicos, sociais e culturais. Só quando houver uma equalização progressiva dos direitos sociais e do trabalho no mundo poderá haver uma globalização justa e de benefício mútuo para todos.

## **Finalmente,**

**Recusamos** baixar os braços e assistir passivamente ao desenrolar dos acontecimentos. O facto de vivermos fora do país não significa que estejamos alheados da situação que se vive em Portugal. Bem pelo contrário. Com este desafio, **assumimos** uma vontade de agir.

**Queremos** um sistema democrático que permita a participação dos cidadãos, que prime pela transparência, evite situações de conflito de interesses dos responsáveis políticos, e promova uma maior responsabilidade dos eleitos para com os eleitores.

**Ambicionamos** uma democracia moderna, que, com base nas tecnologias e aberta aos cidadãos, e sobretudo àqueles que se encontram na diáspora, facilite a participação no debate político, nomeadamente, através da utilização do voto eletrónico.

**Não aceitamos** o desmantelamento do Estado social e **defendemos** inabalavelmente os princípios da Escola Pública, do Sistema Nacional de Saúde e da Segurança Social, para todos, com todos os direitos e deveres individuais associados. **Defendemos** ainda o investimento público rigoroso e refletido, focado no futuro, com base em estratégias legitimadas democraticamente pelos cidadãos.

**Queremos** contribuir para a criação de uma sociedade portuguesa e europeia mais equitativa, justa e fraterna.

**Exigimos** uma economia humana, reorientada em função de uma revolução verde, baseada numa ecologia de saberes, e que não seja pensada fora das pessoas, dos seus reais interesses e atividades, e da especificidade do território que elas habitam e constroem.

**Afirmamos** que as convergências à esquerda, inclusivamente para formar governo, mais do que possíveis, são acima de tudo uma necessidade e uma obrigação se queremos preservar e expandir o acervo de valores que nos une e que procurámos inscrever neste documento.

**Juntos, somos parte da solução.** Porque todos somos responsáveis por tudo perante todos, queremos que este manifesto seja apenas o primeiro passo de uma longa caminhada em direção ao Portugal, à Europa e ao Mundo que desejamos ver concretizados.